

Jornalismo e disputa da hegemonia: os cem primeiros dias do governo Flávio Dino na capa de O Estado do Maranhão¹

Li-Chang SHUEN²
Fábio Palácio de AZEVEDO³,
Josefa M. S.B. Andrade – ZEFINHA BENTIVI⁴
Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA

Resumo

Neste artigo, analisamos o comportamento editorial do jornal *O Estado do Maranhão* na cobertura dos cem primeiros dias de governo de Flávio Dino (PCdoB). A metodologia utilizada é a análise de valência – em que as manchetes e chamadas de capa das notícias referentes ao governo estadual são classificadas em negativas, positivas, ambivalentes e neutras. A capa enquanto unidade semântico-visual é um resumo acurado do fazer jornalístico que se encontra no miolo da publicação e que reflete as estratégias discursivas de um grupamento deslocado para o campo oposicionista, como resultado da luta pela hegemonia entre as elites maranhenses tradicionais e os novos atores políticos alçados ao poder estadual com a vitória de Flávio Dino nas eleições de 2014.

Palavras-chave: Hegemonia; jornalismo; política; elites; Maranhão

Introdução

Neste artigo apresentamos os primeiros resultados parciais da pesquisa *Governando contra as notícias: o primeiro ano do governo Flávio Dino nas páginas do jornal O Estado do Maranhão*⁵, que tem por objetivo analisar o comportamento do jornal como ator político na luta hegemônica travada entre as elites tradicionais do Maranhão e os novos atores políticos alçados ao poder estadual com a vitória de Flávio Dino nas eleições de 2014. Neste

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco e doutora em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília. Email: lichangshuen@gmail.com

³ Professor Adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Email: fabiopalacio@uol.com.br

⁴ Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Email: zefinhabentivi@yahoo.com.br

⁵ A pesquisa é realizada pelo Laboratório Integrado de Pesquisa e Práticas Jornalísticas e Culturais da Universidade Federal do Maranhão, inscrito no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ. Página eletrônica: www.labjor.ufma.br

paper, ativemo-nos à análise das capas das cem primeiras edições, correspondentes aos cem primeiros dias de governo, com o objetivo de compreender o posicionamento editorial de um jornal que passou ao campo oposicionista com a mudança de governo.

Dividimos nosso artigo em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais. Nas duas primeiras, apresentamos os apontamentos teóricos que norteiam a pesquisa da qual este *paper* é fruto. Na terceira, o leitor é apresentado à realidade política do Maranhão de hoje, caracterizada pela luta de hegemonia entre grupos dirigentes antigos e novos, luta em cujo âmbito destaca-se o papel dos meios de comunicação altamente concentrados nas mãos dos representantes de um dos lados da contenda: aquele derrotado nas eleições. Feita essa contextualização, detalhamos a nossa metodologia e passamos à análise de nossos dados quantitativos com o objetivo de testar nossa hipótese de que os jornais não se posicionam como meros observadores ou *watchdogs*, mas como contendores políticos, atores institucionais com posicionamento político deliberado, um posicionamento, no caso de *O Estado do Maranhão*, oposicionista.

A pesquisa pretende contribuir para o adensamento das discussões sobre o papel da mídia regional no processo de manutenção-reforço do poder de grupos dirigentes, muitos deles de caráter oligárquico, os quais, não raro, detêm a posse do aparato comunicacional local. Esse aparato serve à missão de conquistar, manter e reforçar a hegemonia desses grupos, que, quando apeados do poder, recorrem à desconstrução midiática daqueles que os sucedem.

Jornalismo e política: uma conversa teórica

Torna-se cada vez mais difícil, em nossos dias, compreender a prática dos grupos políticos sem levar em conta os meios de comunicação (THOMPSON, 2002), tendo em vista que, neste cenário, a política contemporânea encontra-se bastante interligada à ação da mídia. Os meios de comunicação incorporaram à sua função de agente destacado das esferas públicas a de ator institucional partidário. E o jornalismo regional é ainda mais propenso a atuar como contendor das disputas entre grupos políticos locais (PINTO, 2015). No Maranhão, a disputa pelo poder de fazer ver e fazer crer, concentrada no jornalismo, reflete-se na tarefa, sempre recorrente, de elucidar, traduzir o Maranhão, ou os diversos e, às vezes, inconciliáveis Maranhões. Assim, construir conhecimento sobre o (s) Maranhão (ões) é apostar no poder sobre o território maranhense e seu povo. É o jornalismo, portanto, com o

poder de construir conhecimento social, diferente daquele que é produzido pela ciência, conhecimento que, de acordo com Ponte, é também um conhecimento político:

A escolha do que aqui apresentamos sob a designação de *jornalismo e produção de conhecimentos* sublinha a capacidade do discurso jornalístico em circular como seiva e elo do tecido social, toma posição crítica face a mitos e posições ancoradas num passado de uma estreita definição de esfera pública, num olhar de um lugar distante o outro, o estranho, o habitualmente sem voz, numa redução à dimensão singular do que tem, em muitos casos, *uma dimensão política*, e por isso merece ser conhecido e falado publicamente [grifo nosso] (PONTE, 2005, p. 165).

A autora não restringe o jornalismo à dimensão política, mas enfatiza um aspecto que interessa para se pensar o jornalismo no Maranhão. Afinal, as notícias que compõem o *corpus* de análise deste trabalho recortam o mundo político, constroem, pois, conhecimento político que (supõe-se) direciona o olhar dos maranhenses em relação ao lugar e a si mesmos. Nesses termos, é que o jornalismo valida-se como forma de conhecimento da realidade social com implicações e consequências nesta realidade.

Importa ressaltar que, na lógica de uma sociedade que legitima seus membros pelo conhecimento, o jornalismo entroniza-se, ao ocupar um espaço como instância de produção de saber e a institucionalização da atividade, no circuito produção, circulação e consumo dos produtos jornalísticos, constituindo-se num campo cultural/social (BOURDIEU, 1998) que se habilita ao exercício de um poder “capaz de fazer coisas com palavras”. Uma condição que implica uma ação de sentido que o discurso deflagra no espaço social, produzindo, em relações concretas e a partir de regras constituídas em formações sociais específicas, “padrões de comportamento, sistemas de normas técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização específicos e disputas de poder e saber” (BOURDIEU, 1998, p. 27).

Compreensões funcionalistas, entretanto, tendem a conceber o jornalismo em disjuntiva com a política. Nessa perspectiva, a atividade jornalística é vista como “crítica responsável” pautada na simples divulgação dos fatos, com “objetividade” e “neutralidade”. O jornalismo é concebido como “função social” voltada ao “aperfeiçoamento das instituições democráticas”. Tratar-se-ia, para recorrer aos termos utilizados por Dürkheim, de uma atividade voltada para a denúncia e correção das patologias sociais e, portanto, para a reprodução da “normalidade” social que, nesse caso, fica restrita ao funcionamento das instituições da democracia liberal.

O funcionalismo até chega a indicar o caráter socializante do material jornalístico e da atividade dos meios de comunicação em geral, percebendo as necessidades sociais difusas que se encontram na base de seu desenvolvimento. Mas concebe o jornalismo em sentido excessivamente vulgar e pragmático, vinculado apenas à reprodução da sociedade. Ao

conceber a questão desse modo, reduz o papel político do jornalismo por meio da noção de “função” e do elementarismo de certas técnicas e regras do “bom jornalismo” (GENRO FILHO, 1987). Não consegue, assim, situar o fenômeno do jornalismo no contexto das lutas sociais. Escapa-lhe a questão da hegemonia ideológica das elites dominantes na produção jornalística, bem como as contradições internas desse processo.

É o que percebemos, por exemplo, na chamada teoria democrática, segundo a qual a imprensa tem uma dupla função: função “positiva” – informar os cidadãos para que estes possam exercer direitos e expressar opiniões – e função “negativa” – imprensa como guardiã da sociedade contra abusos dos governantes e poderosos. Segundo Manin (1995), o acesso à informação política é condição necessária para que os governados possam formar sua opinião sobre assuntos políticos. A existência de uma opinião pública plural é essencial para qualquer sistema que se pretenda “democrático”. A esse respeito afirma Aldé:

Para que se considere um sistema político como representando legitimamente os interesses comuns, é requisito que a opinião pública sobre os assuntos políticos seja livre e plural, e que o cidadão comum, para desempenhar seu papel de eleitor, tenha acesso suficiente à informação sobre políticas e decisões governamentais. Assim, o amplo acesso, inteligibilidade e variedade da informação política são condições importantes para o funcionamento de uma democracia baseada na universalidade do voto (2004, p.21).

Aldé entende, assim, que uma das formas de apoio que a mídia, em especial a imprensa, dá à democracia é prover os cidadãos com as informações necessárias para que possam tomar decisões sobre como agir e exercer a crítica dos poderes constituídos. À parte a obviedade de se postular o caráter “libertador” do conhecimento e da informação, esta concepção ignora qualquer dimensão histórica e transformadora, tanto da política quanto do jornalismo que são concebidos aqui, em última instância, de um ponto de vista meramente “administrativo”, sem levar em conta a dinâmica dos conflitos públicos inerentes à vida comunitária.

De nossa parte, adotamos a perspectiva de que a mídia se constitui em uma instituição política em nada substancialmente diferente das demais instituições dessa natureza nas democracias modernas (SPARROW, 1999; COOK, 2005). Instituição pode ser definida como uma instância que provê a estrutura na qual os homens interagem. A estrutura institucional forma um arcabouço que tanto empodera quanto delimita as escolhas e condutas individuais. Como instituição, a mídia é um ator político relevante, cujo discurso é “situado e marcado por uma rede complexa de relações” (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 66). Essas relações – econômicas, políticas, sociais, culturais – transbordam nos textos que denotam as escolhas que essa instituição faz, nos silenciamentos que promove e nos destaques que

celebra. No caso do jornalismo, os contextos de produção do conteúdo importam tanto quanto o conteúdo em si, pois este só pode ser inteligível a partir da compreensão de por que as coisas são ditas, com que intenções, para qual público e em que intensidade.

Como mostra Raymond WILLIAMS (1990), na sociedade capitalista a grande mídia está envolvida com questões de uma ordem diretamente econômica e política, e muitas vezes tanto é especificamente determinada por ela quanto constitui fator significativo de sua reprodução e modificação. Esse ponto de vista retoma concepções anteriormente desenvolvidas por Antonio Gramsci, que, em “Jornalismo”, já havia declarado: “Se se examinam todas as formas de jornalismo e de atividade publicística-editorial em geral existentes, vê-se que todas pressupõem outras forças a integrar ou às quais coordenar-se mecanicamente” (GRAMSCI, 1977, p. 2261).

Gramsci concebe a política e as atividades de cunho ideológico-cultural, entre as quais se inclui o jornalismo, como momentos distintos da superestrutura social. Esta é um edifício de muitos andares, todo ele cimentado pela política. Nessa hipótese, os diversos “graus” (ou níveis) da superestrutura encontram-se relacionados ao que Gramsci denomina “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Nessa perspectiva, jornalismo e política *stricto sensu* fazem parte de um único edifício mais amplo: a superestrutura social. Conforme teoriza Gramsci (1977), o “duplo caráter” (político e ideológico) da superestrutura reflete-se na atividade político-partidária.

Nos termos aqui discutidos entendemos que o jornalismo não é história, literatura e nem política *stricto sensu*, não obstante, o material jornalístico serve de suporte privilegiado à ação política e, na contramão da visão funcionalista tradicional, não se separa da política – ao contrário, é perpassado por ela. De posse dessa assertiva, buscaremos, em um segundo momento de nosso quadro de referência teórico, nos debruçar sobre a especificidade da atividade jornalística, tentando compreender, de um ponto de vista interno, as formas pelas quais programas políticos manifestam-se por meio da linguagem jornalística.

Notícia: um produto político

Ao longo de sua história, o jornalismo especializou-se como dimensão do conhecimento e da atividade prática humana, com características próprias e distintas de outras formas de apreensão da realidade. Essa especialização baseou-se, em larga medida, na ideia de que a notícia e outros gêneros do jornalismo não devem emitir juízos de valor explícitos,

na medida em que isso contraria a natureza da informação jornalística tal como esta configurou-se modernamente.

Quando um autor como Mário Erbolato (1991, p.34) afirma que “a evolução e a adoção de novas técnicas no jornalismo levaram a uma conquista autêntica: a separação entre, de um lado, o relato e a descrição de um fato, dentro dos limites permitidos pela natureza humana e, de outro, a análise e o comentário da mesma ocorrência”, ele está expondo uma evidência que as críticas estreitas do jornalismo – todas baseadas na ideia de “manipulação” – não reconhecem. Trata-se, aqui, do reconhecimento de uma nova estratégia de apreensão do real, na qual os fatos são reconstruídos em seu aspecto fenomênico por meio de modernas técnicas discursivas.

Também Nilson Laje, em *Ideologia e técnica da notícia* (2001), afirma que o conceito de objetividade posto em voga pelo jornalismo consiste na descrição dos fatos tais quais se apresentam. Trata-se de um abandono deliberado das interpretações ou do diálogo com a realidade para extrair desta apenas o que se mostra autoevidente. A competência profissional passa a medir-se, então, pelo rigor da observação e pela descrição exata e minuciosa dos acontecimentos cotidianos. Laje assinala as vantagens práticas dessa técnica, que correspondem à proposição de um “improvável ponto de equilíbrio diante do qual um fato ocorrido pudesse ser contado de uma só maneira justa” (2001, p.17). Nessa perspectiva, a “objetividade jornalística” reflete uma compreensão do mundo como um conjunto de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção, e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo.

Na contramão dessa concepção, adotamos por pressuposto a ideia de que os fatos não encerram, em si mesmos, um significado objetivo independente do sujeito que os percebe e codifica, ou completamente apartado das ideologias e concepções de mundo que enformam a totalidade histórica. Todo relato jornalístico, seja ele informativo, interpretativo ou opinativo, reproduz os fatos através de uma complexa operação intersubjetiva. Como explica Genro Filho (1987), o jornalismo recorta fatos em um fluxo contínuo de acontecimentos e os constrói como notícias. Os fatos, portanto, não existem previamente como tais. O que existe é um fluxo objetivo na realidade, de onde certas ocorrências são “discretizadas” e reconstituídas segundo determinações, ao mesmo tempo, objetivas e subjetivas.

Assim, os próprios fatos, emoldurados em uma dimensão histórico-social mais ampla, não são puramente “objetivos”. Eles possuem dupla dimensão: objetiva e subjetiva. Mesmo sua dimensão objetiva não pode ser definida de maneira naturalista, como uma objetividade

encerrada em si própria, independente do sujeito que percebe e ressignifica. A objetividade dos fatos só pode ser encontrada na imanência da realidade histórico-social. Em síntese, os fatos possuem uma dimensão objetiva, material que os faz ter sempre algo novo a dizer. Não podem jamais ser dissolvidos no caráter evanescente da subjetivação. A natureza dessa informação, evidentemente, não pode ser arbitrária. Os fatos precisam ser respeitados em sua autonomia relativa, sob o preço de um mergulho no mais completo relativismo. Por outro lado, o fato nunca pode ser tomado em si mesmo; precisa ser visto como parte de uma totalidade contraditória, prenhe de alternativas que exigem tomada de posição.

No processo de apreensão jornalística da realidade social, os juízos que construímos sobre os fenômenos têm como veículo a própria forma de apreensão, seleção e apresentação dos fatos (seja ela escrita, oral ou visual). Desde o momento da coleta dos dados até a edição final, passando pelas definições de enfoque e linguagem, nada disso é “inocente” ou “neutro” em termos político-ideológicos. Ao privilegiar certos aspectos e ordená-los em um texto, incluindo alguns elementos e suprimindo outros, colocando estes no lide, aqueles na ponta da pirâmide invertida, o jornalista revela seu olhar particular.

É na face aguda do fato relatado que a mediação política se apresenta, na forma de alusões e indícios muitas vezes pálidos, que se apresentam em lusco-fusco e se dissolvem antes mesmo de se mostrarem com nitidez, revelando a herança dos pressupostos políticos e ideológicos que presidiram a apreensão e reprodução do fenômeno. Em suma, na construção do fato jornalístico, a ideologia está sempre presente como princípio organizador, e surgirá certamente, nem que seja apenas como reflexo do significado mais geral da notícia. É isso que explica porque, mesmo quando a notícia é produzida segundo os estritos cânones das técnicas jornalísticas, sem adjetivações e vieses explícitos que comprometam a ideia de distanciamento, ainda assim pode situar-se na perspectiva das disputas políticas, como é o caso da maioria das notícias produzidas pelos jornais da imprensa tradicional, o que inclui *O Estado do Maranhão*.

Jornal O Estado do Maranhão e o embate entre elites tradicionais e novos grupos dirigentes

O jornal O Estado do Maranhão faz parte de um sistema, o Grupo Mirante de Comunicação, formado também por um portal de internet, uma emissora de televisão afiliada à Rede Globo, com cinco concessões (TV Mirante de São Luís, TV Mirante Cocais, TV

Mirante Imperatriz, TV Mirante Santa Inês e TV Mirante Açailândia⁶), uma emissora de rádio AM que opera em cadeia com 20 retransmissoras no interior com cobertura em 200 dos 217 municípios, e uma rádio FM com 18 emissoras⁷. A tiragem média do jornal é de 10 mil exemplares diários (16 mil aos domingos). A cobertura agregada do Grupo Mirante chega de 90% do estado⁸.

O Grupo Mirante é um importante instrumento de dominação ideológica dentro da lógica política da oligarquia que perdeu as eleições em 2014 para uma coalização de forças de esquerda que elegeu Flávio Dino (PCdoB) governador do estado. O grupo liderado por José Sarney perdeu o Palácio dos Leões, sede do governo, mas manteve intacto o domínio sobre os meios locais de comunicação. A construção da hegemonia de José Sarney e seu grupo é baseada no consenso, na força da construção ideológica operada pelo aparato de comunicação que esse grupo detém. Talvez o conceito mais preciso de ideologia, especialmente aplicável ao contexto político maranhense, seja aquele oferecido por Wolf (1999, p.4), que pluraliza o fenômeno e identifica ideologia como discurso a serviço do poder, pois ideologias “sugerem esquemas unificados ou configurações desenvolvidas para subscrever ou manifestar poder”.

É preciso introduzir aqui uma discussão conceitual sobre hegemonia, cuja teorização clássica amplamente aceita no campo das Ciências Sociais é uma proposta do pensador comunista Antonio Gramsci (2006), que fundou toda uma tradição de interpretação da realidade social a partir da relação entre consenso e força para a estabilização das relações sociais. Hegemonia, de acordo com a proposta gramsciana, é a direção, o domínio, a liderança de um grupo sobre os demais, através da persuasão e do consenso, perpassados pela ideologia.

Hegemonia é o exercício da capacidade de unificar blocos e posições por meio de dois mecanismos complementares: a força e o consenso. A força, de acordo com o autor, é o pilar principal das relações hegemônicas, já que, por meio dela, seria possível conservar as estruturas sociais em meio à contestação. E para que não haja contestação ao poder hegemônico, a liderança busca apoio no consenso, nas grandes narrativas unificadoras, na ideologia. A força exercida por uma oligarquia em um sistema político como o analisado até

⁶ Com essa estrutura, o sinal da TV Mirante gerado a partir de São Luís alcança praticamente todos os municípios do Estado. A TV Mirante de São Luís tem cobertura em todo o norte e parte central do Maranhão. A TV Cocais, com sede em Codó, abrange o leste do território e algumas cidades do Piauí. A TV Mirante Imperatriz cobre o sudoeste maranhense, junto com a TV Mirante Açailândia. A TV Mirante de Santa Inês cobre todo o centro-oeste maranhense. Além dessas geradoras, o sistema conta com retransmissoras afiliadas em vários municípios. As geradoras produzem programação local. As retransmissoras apenas retransmitem o sinal gerado a partir da cabeça de rede em São Luís. Dados disponíveis em www.imirante.com

⁷ O sistema cobre 90% de uma população calculada pelo IBGE/Censo 2010 em 6.424.340 habitantes.

⁸ Dados disponíveis em material do departamento de marketing distribuído entre anunciantes.

aqui prescinde da força física, pois a violência simbólica (BOURDIEU, 1998) parece ser suficiente para manter o tipo de dominação (tradicional), pelo menos até o rompimento irreparável do monopólio dessa violência simbólica.

No contexto político maranhense, a eleição de Flávio Dino representa um movimento em direção à ruptura política, a uma mudança na forma de condução dos assuntos públicos no Maranhão, mas o novo governo ainda não foi capaz de se contrapor ao discurso da elite oligárquica que ecoa nos veículos do grupo Mirante, em especial do jornal O Estado do Maranhão. O jornal vende notícias para um público letrado (a taxa de analfabetismo medida pelo IBGE no Maranhão senso de 2013 é de 18,5%), de classe média, em sua maioria localizado na capital. Seu principal interlocutor, porém, não é o leitor padrão dessa camada urbana. Seu principal interlocutor são os atores políticos e econômicos que disputam o poder político no estado. O diálogo que se estabelece através das narrativas jornalísticas é entre elites políticas, que são permanentemente mobilizadas.

Metodologia

De acordo com Fausto Neto (1995), a capa do jornal é uma vitrine em que são exibidos os principais interesses do veículo e do grupo que o sustenta. A capa serve, ainda, como roteiro de leitura para o leitor e fornece pistas para o pesquisador sobre o que o jornal tenta estabelecer como prioridade na agenda de discussão pública. É na capa, portanto, que acontece o primeiro embate no jogo da construção discursiva da realidade que será construída para o público leitor. As chamadas e manchetes desempenham um papel de delineador da narrativa que se encontrará no miolo do jornal (FERES JUNIOR; BARBABELA; MIGUEL; CÂNDIDO; SASSARA: 2015), por isso neste trabalho optamos por focar nesses textos, curtos, porém muito reveladores das intenções de um veículo impresso.

Essas intenções podem ser desnudadas, dentre outras metodologias, por meio da análise de valência, que classifica as notícias em positivas, negativas, neutras e ambivalentes. As notícias têm valências positivas para determinado ator se elas lhes são favoráveis; negativas se são desfavoráveis, contendo críticas, ressalvas, ataques; neutras se se abstêm de comentários morais/políticos/pessoais/ se há um equilíbrio entre aspectos negativos e positivos; e ambivalentes se não é possível determinar se a notícia é negativa ou positiva em relação a um determinado fato ou pessoa (ALDÉ; FIGUEIREDO; MENDES, 2007).

Conforme os pressupostos teóricos adotados neste artigo, não existem notícias neutras, positivas ou negativas em si mesmas, pois negatividade, positividade e neutralidade devem ser observadas à luz do contexto social, histórico, político e cultural no qual se insere o processo de produção, circulação e consumo das notícias (ALSINA, 1996). Neste sentido, a análise de valência é aqui utilizada a partir da ponderação desses pressupostos, levando-se em consideração a intencionalidade do emissor (O Estado do Maranhão) em relação ao sujeito noticiado (governo do estado). Uma matéria é negativa, positiva ou neutra em relação a uma determinada força política. A valência, portanto, é conjuntural, não estrutural.

Adotamos, ainda, o índice de viés elaborado por Feres (2015) em suas pesquisas sobre o comportamento editorial dos maiores jornais de circulação nacional em relação às eleições presidenciais e ao governo Dilma. O índice de viés indica a relação *chamadas favoráveis menos chamadas contrárias divididas pelas chamadas neutras* ($IV = \frac{F-C}{N}$). Com esse dado quantitativo adicional é possível entrever a relação entre as chamadas negativas e positivas a partir da ponderação com as neutras, o que empresta à pesquisa uma ferramenta a mais de análise que nos permite observar, a partir dos dados quantitativos, implicações qualitativas na cobertura.

Nesta primeira fase da pesquisa, em que apenas as capas são analisadas, as notícias não foram separadas por editoriais ou enquadramentos discursivos. Os resultados expostos adiante dizem respeito à cobertura agregada em um único enquadramento: governo. Em cem edições, foram catalogadas e analisadas 168 chamadas de capa que nos ajudam a compreender não apenas o posicionamento de O Estado do Maranhão em relação ao governo Flávio Dino, como também a intensidade desse posicionamento. Os textos de valência negativa constroem discursivamente o Maranhão como um estado problema, de modo que, acompanhando Van Dijk (2008, p. 115), possa-se explicar o discurso produzido pelo Jornal por meio da identificação “dos modos como as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e dominação na sociedade”.

Cem dias governando contra as notícias

Em cem edições, 168 chamadas de capa atenderam ao enquadramento “governo”. Eram notícias referentes à atuação dos órgãos estaduais, dos secretários de governo, do próprio governador. A edição de 1 de janeiro inovou, trazendo o editorial na capa (outras edições ao longo do período também trouxeram editoriais e colunas de opinião na capa,

movimento incomum no jornalismo impresso. Esses textos opinativos, por estarem na primeira página, foram incluídos na catalogação para o estudo das valências). Em média, o enquadramento “governo” aparece em três chamadas por dia. Em apenas 12 edições não houve qualquer menção a esse enquadramento na capa do jornal (o que não significa dizer que não havia, nessas edições, reportagens sobre o governo estadual).

Não foram encontradas chamadas ambivalentes, ou seja, aquelas em que não é possível determinar se são negativas ou positivas sobre determinado assunto/personagem. Os gráficos a seguir apresentam os números relativos às valências negativas, positivas e neutras encontradas na primeira página do jornal entre 1 de janeiro e 10 de abril de 2015. Dada a hipótese inicial de pesquisa, esperávamos um desequilíbrio acentuado, mês a mês e no agregado do período, de valências negativas. Mas a intensidade desse desequilíbrio, como mostram os gráficos, vai além de qualquer hipótese. São seis gráficos apresentados em sequência: janeiro, fevereiro, março, abril (até o dia 10), agregado do período e evolução do índice de viés.

Gráfico 1

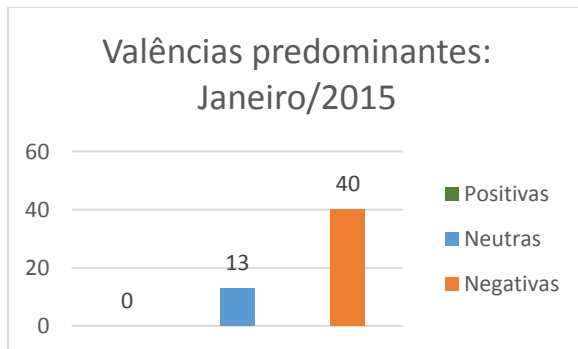


Gráfico 2

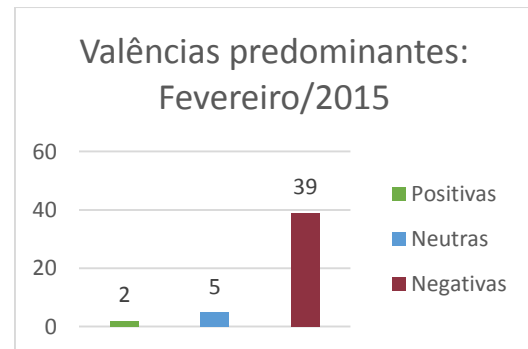


Gráfico 3

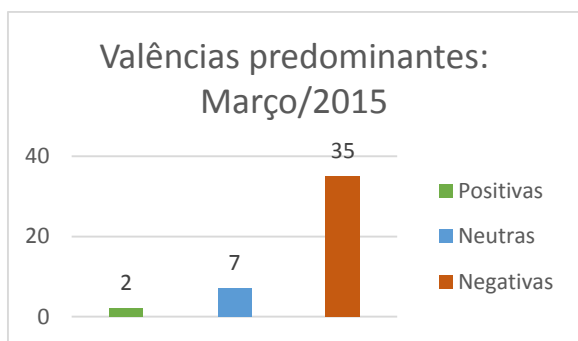


Gráfico 4

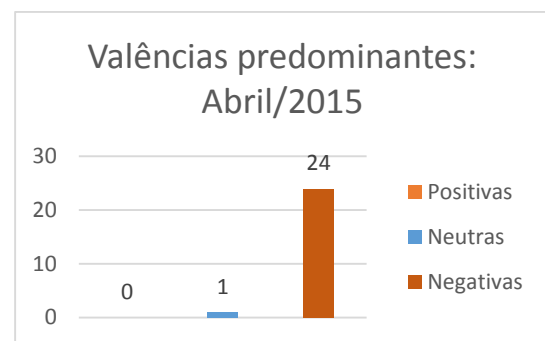
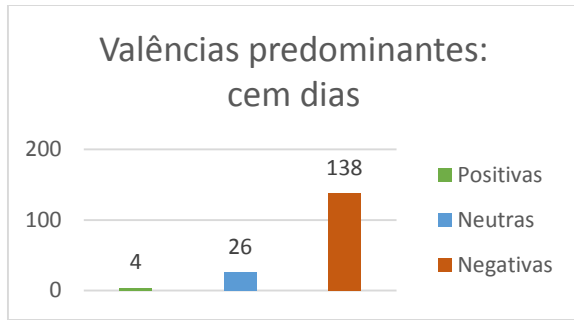


Gráfico 5



Índice de viés do período: -5,153

Gráfico 6



Um dado relevante é que, no primeiro mês de governo, o jornal não tenha encontrado uma única ação positiva da gestão que estava se iniciando, em que pese o editorial informar que agiria como observador crítico do governo. Essa promessa de postura equilibrada não se sustentou. Nos meses seguintes, ao contrário, a cobertura negativa se intensificou de tal forma que apenas quatro chamadas com valência positiva foram publicadas na capa em cem dias, todas sobre ações do Procon. Houve também uma queda nas chamadas neutras em relação ao primeiro mês, o que denota a acentuação da cobertura negativa do jornal contra o governo. O índice de viés das valências para janeiro (chamadas positivas menos chamadas negativas dividido por chamadas neutras) foi de -3,076⁹. É um índice muito alto para um primeiro mês de um novo governo e só pode ser compreendido levando-se em consideração o contexto institucional de produção, circulação e consumo das informações publicizadas, conforme exposto anteriormente neste *paper*.

O mês de fevereiro teve um total de 44 chamadas, sendo que apenas sete não foram negativas. Uma particularidade é que fevereiro é um mês tradicionalmente rico em menções ao governo estadual por causa do período carnavalesco, patrocinado em grande parte pelo poder público. Foi possível notar a construção discursiva do estado-problema já nesse segundo mês de cobertura justamente a partir da cultura: o movimento menor de turistas e de foliões nas ruas da capital, São Luís, sendo contraposto a um período anterior de sucesso da festa popular. Começa a ficar clara a opção do jornal em construir uma narrativa de estado-problema e o índice de viés de fevereiro reflete isso: -7,4.

Em março, o índice de viés foi de -4,71. Foram 35 chamadas no total, sete neutras e apenas duas positivas. O mês de abril, que teve apenas dez dias de cobertura contabilizados neste trabalho, foi especialmente emblemático para a tendência de aprofundamento da

⁹ Quanto mais próximo de zero for o índice de viés, mais equilibrada é a cobertura de um veículo.

construção de uma percepção desfavorável do governo do Maranhão: 24 chamadas em dez dias, todas negativas, índice de viés de -24, portanto. O sexto gráfico mostra, de forma dramática, o aprofundamento da cobertura negativamente orientada, o que nos permite afirmar que Flávio Dino governa contra as notícias.

A intensidade da oposição feita pelo jornal O Estado do Maranhão deve ser lida juntamente com o contexto institucional e político no qual um aparato de comunicação é posto a serviço da lógica da política partidária, não orientada pelos fatos, mas pelos objetivos políticos de seus proprietários. Nos estudos de comunicação e política, existe uma tendência a destacar a mediatização (ESSER & STRÖMBACH, 2014) ou colonização da política pelos meios de comunicação de massa (GRABER; MACQUAIL; NORRIS, 2008). Não é o caso, porém, da configuração midiática do Maranhão.

Considerações finais

Nossa pesquisa compreende o jornalismo como instituição e o jornal como ator político. E, conforme buscamos deixar claro ao longo desta comunicação, esse pressuposto surge com nitidez no caso do jornal O Estado do Maranhão. Ao lançar mão de uma análise metodologicamente rigorosa, observamos silenciamentos e destaques no enquadramento das notícias na capa do jornal O Estado do Maranhão que se revelam nas valências predominantemente negativas. O jornal opera a partir de estruturas discursivas que dão ao Maranhão o status de estado-problema e à administração Flávio Dino o rótulo de inoperante, “perdida no reino das fantasias” (O Estado do Maranhão, 10 de abril de 2015, p.1).

As valências negativamente orientadas enquadram, quase sempre, os cem dias do governo Flávio Dino numa dicotomia discurso *versus* prática, de modo que O Estado do Maranhão desconstrói o principal mote da campanha eleitoral de 2014, utilizada pelo então candidato e agora governador: a mudança. A análise do marco das cem edições confirmou a hipótese inicial de que o jornal atuaria como ator político situado no campo oposicionista e se comportaria como adversário e crítico ao governo recém-instalado no Palácio dos Leões. Essa crítica, conforme nossos apontamentos teóricos mostram, é ideologicamente orientada. Ela materializa a intencionalidade do grupo político ao qual o jornal pertence.

É possível entrever algumas consequências desse comportamento para os campos político e jornalístico. No campo político, como já era esperado, observa-se a configuração de um embate permanente entre os dois grupos que disputam a hegemonia no Maranhão,

intensificado e publicizado no campo jornalístico por meio das construções noticiosas que minimizam e até excluem qualquer possibilidade de reconhecimento dos acertos do novo governo. No campo jornalístico, a saída do jornal O Estado do Maranhão da prática de uma comunicação institucional (durante mais de 40 anos, o jornal serviu como veículo de propaganda dos governadores aliados à oligarquia) para o exercício de uma cobertura que se pretende crítica revela que mesmo um jornal que separa formalmente informação de opinião, atendendo aos pressupostos do jornalismo moderno, é também político, tanto quanto ou às vezes até mais do que os jornais partidários do passado. No quadro de uma disputa acirrada pela hegemonia, é improvável que haja um ponto de equilíbrio na cobertura jornalística, o que abre perspectivas para que, além de constatar tal improbabilidade, possa-se refletir sobre os processos sociais e políticos que levam a esse tipo de situação.

Referências

- ALDÉ, A. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALDÉ, A., MENDES, G. G., FIGUEIREDO, Marcus. **Tomando Partido: Imprensa e política nas eleições de 2006**. *Política & Sociedade*, v. 10, p. 20-28, 2007.
- ALSINA, M.R. **La Construcción de la Noticia**. Barcelona: Paidós, 1996.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- COOK, T.E. **Governing with the News: the News media as a political institution**. 2ed. Chicago: Chicago Press, 2005.
- ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- ESSER, F, STRÖMBÄCK, J. **Mediatization of politics: understanding the transformation of Western democracies**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.
- FAUSTO NETO, A. **A construção discursiva da violência: o caso do Rio de Janeiro**. *Revista Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, vol. 01, 1995.
- FERES JUNIOR, J. **Índice de viés**. Disponível em <http://www.manchetometro.com.br>. Acesso em 27 de junho de 2015.
- FERES JUNIOR, J. BARBABELA, E. MIGUEL, L. SASSARA, L. **Testando a hipótese do contrapoder: a cobertura das eleições de 1998 a 2014**. Anais do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica). Rio de Janeiro, de 22 a 25 de abril de 2015.
- GRABER, D.; MACQUAIL, D.; NORRIS, P. **The Politics of the news, The news of the Politics**. 2ed. Washington: CQ Press, 2008.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**. Volume terzo – Quaderni 12-29. Edizione critica dell'Istituto Gramsci – A cura di Valentino Gerratana. 2ª edizione. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977. pp. 1507-2362.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAGE, N. L. **Ideologia e técnica da notícia**. 3a. ed. Florianópolis: Insular-Edufsc, 2001.

MANIN, B. **As metamorfoses do governo representativo**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 10, n.29, outubro de 1995.

MIGUEL, L. F., BIROLI, F. **A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 25, no 73, 2010.

PINTO, P. **Mídia regional brasileira: características dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2015.

PONTE, C. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

SPARROW, B.H. **Uncertain Guardians: the News media as a political institution**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

THOMPSON, J. B. 2002. **O escândalo político : poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes.

VAN DJIK, T. A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008

WILLIAMS, R. **Television: technology and cultural form**. New York: Routledge, 1990. 172 p.

WOLF, Eric. **Envisioning Power: Ideologies of Dominance and Crisis**. Berkeley, University of California Press, 1999.